



PREFEITURA DE CATAGUASES

DECRETO Nº 5.738/2023.

Dispõe sobre a regulamentação da lei nº 4.848 de 18 de maio de 2022, que versa sobre a criação e implantação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica no serviço de Transporte Coletivo Urbano por ônibus no âmbito Município de Cataguases MG.

José Henriques, Prefeito de Cataguases MG, no uso de sua competência, na forma de que trata o artigo 85 da Lei Orgânica do Município de Cataguases;

CONSIDERANDO a importância da modernização e controle do Sistema de Transporte Coletivo do Município, com o objetivo de modificar a atual forma de arrecadação das tarifas, através de um sistema de bilhetagem automática inteligente e de acordo com a melhor tecnologia hoje existente;

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar o controle de todos os usuários do transporte coletivo por ônibus, sejam eles pagantes ou não, através da passagem pelas catracas, exceto para os casos em que o usuário seja impossibilitado fisicamente;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalização da rede de transporte, através da integração temporal e/ou tarifária do sistema possibilitando a transferência do usuário entre linhas caso seja implantado o sistema radial de transporte;

CONSIDERANDO a necessidade de flexibilidade da estrutura tarifária através da utilização de meio de pagamento que permita adoção de tarifas diferenciadas;

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir o fluxo do dinheiro em circulação nos ônibus e oferecer maior segurança aos usuários e operadores do Sistema de Transporte Coletivo Urbano por ônibus do Município de Cataguases;

CONSIDERANDO a necessidade de agilizar o embarque e a passagem do usuário pela catraca reduzindo, com isso, o tempo de viagens;



PREFEITURA DE CATAGUASES

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar e mensurar o uso do sistema pelas categorias que gozam de gratuidade;

CONSIDERANDO a importância de manter o efetivo controle e o uso do transporte pelos alunos, serventuários, trabalhadores da educação estadual e particulares e professores da rede pública municipal, beneficiados por desconto de 50% do valor da tarifa;

CONSIDERANDO a agilidade na transmissão e processamento dos dados necessários ao controle operacional do Sistema de Transporte Coletivo;

CONSIDERANDO a necessidade do efetivo controle e maior publicidade no que tange ao uso do sistema de transporte público;

DECRETA:

Art.1º - Regulamenta a lei nº 4.848 de 18 de maio de 2022, que versa sobre a criação e implantação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica no serviço de Transporte Coletivo Urbano por ônibus no âmbito Município de Cataguases MG.

Art.2º - Entende-se por Bilhetagem Eletrônica a validação das passagens, através do uso de cartões inteligentes para a liberação das catracas eletrônicas dos ônibus, devendo alcançar os seguintes objetivos:

- I** - promover a arrecadação automática de créditos constantes dos cartões inteligentes relativos à aquisição de viagens;
- II** - reduzir a evasão de receita e fraudes;
- III** - proporcionar o controle de todos os usuários do transporte coletivo por ônibus sejam eles pagantes ou não, através da passagem pelas roletas, exceto para os casos em que o usuário seja impossibilitado fisicamente nos termos da legislação específica;
- IV** - permitir o controle e o gerenciamento dos beneficiários de gratuidade;
- V** - permitir a integração das linhas dos sistemas de transporte coletivo urbano, através da utilização de cartão inteligente, que permita a transferência do usuário entre linhas, com ou sem complemento de nova tarifa ou parte desta (Integração Aberta e de Crédito Temporal) podendo ser adotado pelo município o sistema radial (bairro-centro);



PREFEITURA DE CATAGUASES

- VI** - permitir a recarga de crédito, inclusive a bordo para a modalidade cartão vale-transporte, trazendo comodidade e conforto aos usuários, além da otimização dos custos e dos procedimentos operacionais necessários à sua comercialização;
- VII** - permitir a geração e o controle de créditos no sistema;
- VIII** - possibilitar flexibilidade da estrutura tarifária (tais como anéis tarifários, ou tarifa temporal);
- IX** - proporcionar maior segurança, pela venda antecipada dos créditos, com a consequente redução de valores monetários embarcados;
- X** - modernizar a gestão do sistema de arrecadação, com o aperfeiçoamento do controle gerencial;
- XI** - possibilitar a aferição do cumprimento das determinações de operação do serviço obtendo os dados operacionais necessários para o cálculo da remuneração dos serviços prestados pelas empresas operadoras;
- XII** - permitir a coleta de dados de oferta e demanda que subsidie o planejamento do sistema de transporte coletivo e a programação dos serviços;

Art.3º - As empresas permissionárias/concessionárias do Sistema de Transporte Coletivo Urbano por ônibus do Município de Cataguases implantarão, operarão e gerenciarão diretamente o sistema ou poderão constituir pessoa jurídica com esse objetivo específico.

§1º - Caberá ao órgão municipal de trânsito e transporte de Cataguases- CATRANS realizar a fiscalização programada, fiscalização aleatória, bem como atendimento a denúncias do transporte coletivo em geral.

§2º - O Órgão de Transporte e Trânsito- CATRANS fiscalizará o sistema de bilhetagem eletrônica, e as empresas permissionárias do sistema de Transporte Coletivo Urbano por Ônibus do Município de Cataguases implantarão, operarão e gerenciarão diretamente o sistema ou poderão constituir pessoa jurídica com esse objetivo específico.

§3º - As empresas permissionárias/concessionárias ficarão responsáveis pela comercialização, a emissão e a distribuição dos cartões e dos créditos, devendo cadastrar todos os usuários, respeitando, em cada caso, a legislação municipal vigente.

§4º - As empresas permissionárias/concessionárias do Sistema de Transporte Coletivo Urbano por Ônibus do Município de Cataguases deverão proceder à implantação de uma rede de pontos de vendas de créditos, inclusive via internet e ou outros meios que venham a facilitar a aquisição de créditos.



PREFEITURA DE CATAGUASES

§5º - As empresas permissionárias/concessionárias do Sistema de Transporte Coletivo Urbano por Ônibus do Município de Cataguases poderão firmar contratos com estabelecimentos bancários, comerciais e similares visando à ampliação da rede mencionada no parágrafo anterior a facilidade dos usuários do sistema como um todo.

Art.5º - O Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Município de Cataguases será composto por validadores, cartões inteligentes, postos de recargas de cartões, catracas, "software" e sistema de transmissão de dados, central de garagem, central de controle e operação das permissionárias.

Art.6º - Validadoras são máquinas embarcadas capazes de ler e gravar informações validando os cartões inteligentes, devendo:

- I** - fazer a recarga embarcada para a modalidade cartão vale-transporte;
- II** - nos ônibus, fazer a leitura e o débito das passagens nos cartões;
- III** - liberar as catracas para os usuários com cartões válidos;
- IV** - bloquear os cartões em lista negativa, cartões roubados, perdidos ou fora de validade;
- V** - consultar o número de créditos existentes nos cartões.

Art.7º - Os cartões inteligentes deverão ser de tecnologia sem contato, fabricados em PVC com formato ISO (International Standard Organization) que armazenem informações, funcionem por aproximação e recarreguem.

Art.8º - Os cartões inteligentes são de propriedade das empresas permissionárias, sendo somente concedidos os créditos através de instrumento próprio de contrato, ou termo de responsabilidade, em regime de comodato pelas empresas permissionárias/concessionárias.

§1º - A primeira via do cartão será fornecida de forma gratuita ao portador com compra mínima de 05 passagens.

§2º - A segunda via e demais vias do cartão do mesmo portador, serão fornecidas mediante pagamento do valor cobrado pela empresa responsável pela confecção dos cartões, na época em que for efetivada a solicitação da mesma, limitado ao valor de 05(cinco) passagens, caso este cartão não apresente defeito de fabricação.

§3º - Entende-se como defeito de fabricação do cartão os casos em que o mesmo não apresente danos físicos, porém o sistema não o reconheça.



PREFEITURA DE CATAGUASES

Art. 9º - Os cartões inteligentes conterão crédito correspondente à quantidade de passagens.

§1º - O valor monetário contido em cada cartão não excederá o equivalente a 150 (cento e cinquenta) vezes o valor da tarifa vigente.

§2º - Em caso de reajuste tarifário, a relação entre o valor monetário e o número de passagens restantes no cartão inteligente deverá ser respeitada, garantindo que o usuário realize as viagens restantes pelo preço antigo por no máximo de 60(sessenta) dias.

§3º - As empresas permissionárias/concessionárias do Sistema de Transporte Coletivo Urbano por Ônibus poderão explorar publicamente, de modo direto ou indireto, o verso dos cartões.

Art. 10 - As modalidades de passagens do sistema de bilhetagem eletrônica são:

- I - cartão comum;
- II - cartão vale-transporte empresarial;
- III - cartão para uso dos alunos, serventuários, trabalhadores da educação estadual e particulares e professores da rede pública municipal, beneficiados por desconto de 50% do valor da tarifa;
- IV - Cartão de passe livre e acompanhante para aqueles que fazem jus à gratuidade, nos termos da legislação municipal vigente;
- V - cartão idoso acima dos 65 anos conforme lei federal;
- VI - cartão eventual.

§1º - Entende-se por cartão comum a modalidade de passagem para os usuários pagantes comuns, sem restrição de utilização, através da aquisição do cartão inteligente precedido de cadastro.

§2º - O cartão será entregue ao usuário devendo o mesmo recarregá-lo quantas vezes achar necessário, respeitando o limite máximo de créditos referidos no art. 9º, §1º.

§3º - A modalidade cartão vale-transporte empresarial caracteriza-se por ser de utilização dos passageiros que recebem vales-transportes mensalmente de seus respectivos empregadores (empresas provedoras), após o devido cadastramento por parte das empresas provedoras e assinatura de contrato ou termo de responsabilidade decorrente de seu uso.



PREFEITURA DE CATAGUASES

§4º - O cartão passe livre com acompanhante beneficiará aqueles que fazem jus à gratuidade e necessitam de acompanhamento de terceiros para terem acesso ao transporte coletivo, mas não têm quaisquer limitações para transpor a catraca eletrônica terá acesso gratuito no transporte o acompanhante, desde que acompanhado do beneficiário; No cartão deverá ter o número da lei que beneficia o usuário.

§5º - Os beneficiários das modalidades de passagem “estudante” deverão ter acesso pelo reconhecimento facial ou biometria.

§6º - Os beneficiários da modalidade gratuidade deverão ter acesso pelo reconhecimento facial ou biometria.

§7º - Entende-se por cartão eventual a modalidade de passagem através da aquisição de cartão inteligente, precedida de cadastro, destinada exclusivamente à Prefeitura de Cataguases, cujo cartão terá créditos equivalentes a 40 (quarenta) passagens, podendo o mesmo ser utilizado pela fiscalização sanitária, posturas, ambiental, tributária e CATRANS.

§8º - As empresas permissionárias poderão solicitar, fundamentadamente, à Administração Pública a criação de novas modalidades de passagens.

Art.11 – Terão direito a utilização do cartão eletrônico de passe livre nos coletivos do Município conforme leis municipais;

I – Portadores do vírus HIV, limitados a 10 (dez) embarques mês respeitados os critérios estabelecidos pela lei 2.764/97.

II - Pacientes em tratamento Instituto Oncológico e Hemodiálise, limitados a 32 (trinta e dois) embarques mês respeitados os critérios estabelecidos pela lei 2.977/01.

III – Mães em trânsito com filhos nas creches, limitados a 88 (oitenta e oito) embarques mês respeitados os critérios estabelecidos pela lei 3.151/02.

IV – Portadores de deficiência provisória ou permanente, limitados a 20 (vinte) embarques mês respeitados os critérios estabelecidos pela lei 3.229/03.



PREFEITURA DE CATAGUASES

V – Alunos assistidos pela APAE e seu acompanhante, limitados a 88 (oitenta e oito) embarques mês respeitados os critérios estabelecidos pela lei 3.246/03.

VI – Munícipes na faixa etária de 60 a 65 anos, limitados a 30 (trinta) embarques mês respeitados os critérios estabelecidos pela lei 3.808/09.

VII – Membros associados ASCATAG e ASCARGECA, limitado a 50 (cinquenta) embarques mês respeitados os critérios estabelecidos pela lei 3.905/11 e Decreto 4.309/15.

VIII – Atiradores do Tiro de Guerra, limitado a 60 (sessenta) embarques mês respeitados os critérios estabelecidos pela lei 2.757/97.

IX – Gestantes, limitado a 16 (dezesesseis) embarques mês respeitados os critérios estabelecidos pela lei 3.038/2001.

X – Jovem aprendiz, limitado a 88 (oitenta e oito) embarques mês respeitados os critérios estabelecidos pela lei 4.587/19.

§1º - Os alunos assistidos pela APAE Cataguases que necessitarem de algum outro acompanhamento seja, Fisioterapia, Fonodilogia ou outros tratamentos específicos poderão solicitar ao setor de passe livre o acréscimo de embarques.

§2º - O registro da gratuidade ficará a cargo do Poder Executivo, sendo encaminhadas as empresas para o cadastro e o fornecimento do cartão de gratuidade e seus respectivos créditos no prazo máximo de 48 horas.

Art.12 - Os usuários de todas as modalidades deverão efetuar o cadastramento e aquisição dos cartões nas dependências das permissionárias ou da pessoa jurídica por ela constituída aos termos do artigo 3º desta lei, e firmarão contrato ou termo de responsabilidade decorrente do uso do cartão.

§1º - O cadastramento funcionará de segunda a sexta-feira, nos dias úteis, de 08:00 às 18:00 horas.

§2º - Os beneficiários das modalidades mencionadas no § 5º do art. 10 deverão solicitar o recadastramento anual para fins de manutenção do seu benefício junto à CATRANS.



PREFEITURA DE CATAGUASES

§3 - Os beneficiários das modalidades mencionadas no § 6º do art. 10 deverão solicitar o recadastramento anual para fins de manutenção do seu benefício no setor de passe livre da Prefeitura Municipal de Cataguases.

Art.13 - As empresas permissionárias do transporte coletivo urbano deverão criar um serviço gratuito de atendimento ao usuário, para reclamações e perdas do cartão, que funcionará nos dias úteis, das 8:00 às 17:00 horas, e aos sábados das 8:00 às 12:00 horas.

Art.14 - Os usuários que extraviarem o cartão ou tiverem o mesmo roubado deverão comunicar tal fato, imediatamente, ao serviço de atendimento ao usuário, na central de operação e controle da permissionária, para que seja feito o bloqueio, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, de uso do referido cartão e dos eventuais créditos de passagens.

Parágrafo único - Feito o levantamento do uso do cartão, as empresas permissionárias restituirão os créditos ainda não utilizados em novos créditos de passagens, conforme registro do seu sistema, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas).

Art.15 - As permissionárias do sistema de transporte coletivo ficam autorizadas a instalar micro câmeras nos ônibus, para auxiliar na segurança e fiscalização do sistema.

Art.16 - Em caso de quebra ou defeito do validador, durante a operação do serviço, a empresa permissionária deverá providenciar a substituição imediata do mesmo, ou do próprio veículo.

Art.17 - As empresas permissionárias/concessionárias do sistema de transporte coletivo darão acesso à CATRANS aos dados gerenciais do Transporte Coletivo imediatamente a entrada no sistema, através de link sendo os mesmos definidos a critério do órgão de acordo com a tecnologia disponibilizada e terá acesso às informações diretamente em sua sede.

Art.18 - Continuará sendo aceito o pagamento da tarifa do transporte coletivo urbano mediante dinheiro, para os casos de usuários que não fizerem uso do cartão inteligente, nem fizerem jus ao benefício da gratuidade.



PREFEITURA DE CATAGUASES

Parágrafo único - Após o início da utilização do cartão eletrônico o usuário terá prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para efetuar a troca dos passes único e de estudantes em créditos no cartão eletrônico.

Art.19 - Deverão as empresas permissionárias/concessionárias conjuntamente com a Prefeitura Municipal, implantar o Plano de Divulgação, a todos os usuários do transporte coletivo, sobre as alterações que serão implementadas no sistema de transporte, na comercialização, dos meios de pagamento, procedimentos para cadastramento, forma de utilização e guarda do cartão, como:

- I - campanhas publicitárias nos jornais e no rádio;
- II - confecção e afixação de cartazes em escolas, ônibus e locais públicos, com orientação sobre as alterações básicas a serem incorporadas;
- III - confecção e distribuição de panfletos específicos por etapa de implantação com orientações direcionadas para cada tipo de usuário.

Parágrafo único - As despesas decorrentes do Plano de Divulgação serão custeadas pelas empresas permissionárias/concessionárias.

Art.20 - Poderão ser implementadas novas tecnologias de controle, que representarão a atualidade e a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Art.21 - Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições desta lei ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal no uso de seu poder de polícia.

Art.22 - Será considerado infrator todo aquele que fizer uso de seus direitos de forma contrária à legislação, ou seja, transferir, emprestar, ceder ou utilizar de forma irregular o cartão dos incisos II, III, IV, V, VI, respondendo civil e criminalmente por seus atos.

Art.23 - Sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal cabíveis, as infrações aos dispositivos deste Decreto ou de outras normas, serão punidas, alternativamente ou cumulativamente, com as seguintes penalidades, a critério da autoridade competente, conforme a natureza do ato.

- I- advertência ou notificação preliminar;
- II- multa;



PREFEITURA DE CATAGUASES

III- Perda do direito ao uso cartão com desconto (estudante/serventuário educação/professor), gratuidade, agente ambiental dentro do exercício vigente.

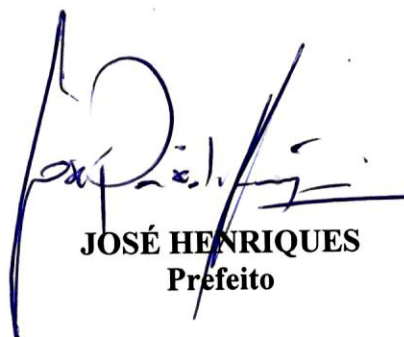
Art.24 - As multas previstas nesta lei consistem em obrigações pecuniárias e serão estipuladas em múltiplos e submúltiplos da Unidade Fiscal do Município (UFM), pagas no prazo determinado pelo setor de fiscalização, aplicadas aos usuários do sistema no valor de 0,10 UFM e para empresas no valor de 01 UFM.

Art.25 – Fica criada a Comissão do COMPASSE- Comissão Passe Livre, composta por profissionais técnicos, sendo um representante da Secretaria de Assistência Social; um Assistente Social; um representante da área médica; um representante da Secretaria de Saúde; e, um representante da CATRANS.

Art.26 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Cataguases, 10 de Fevereiro de 2023.



JOSÉ HENRIQUES
Prefeito